

Editorial

Reunião com Reitoria apresenta avanços

A calendarização de reuniões mensais entre SINSEPEs e Reitoria, fundamental reivindicação durante as negociações salariais, mostrou-se importante instrumento para manter as discussões acerca dos temas de interesse dos servidores da FURB. A primeira destas reuniões já foi realizada e, após um enfrentamento bastante duro entre a representação sindical e da administração da universidade, significou a retomada das possibilidades do diálogo maduro e do avanço nos temas centrais propostos pelos servidores em assembleia.

As duas questões mais importantes apontadas pelos servidores na assembleia que sucedeu a reunião do Conselho de Administração da FURB, e a decisão de não reposição salarial da inflação em 2010, foram a proposição ao CONSAD da contratação de auditoria externa contábil, patrimonial e financeira, e a redução dos valores de pagamento atribuído pelo exercício de funções gratificadas e cargos comissionados. Ambas as propostas foram apresentadas ao Reitor para instalação de Processo no Conselho. O resultado das discussões apontou a não necessidade de uma nova deliberação para contratação da auditoria, pois já está autorizada pelo Conselho de Administração, bastando apenas efetuar a contratação. Para tanto, o indicativo é de antecipar a criação da Con-

troladoria (componente da Lei recentemente votada na Câmara de Vereadores) e contratar a auditoria como requisito de sua implantação. Estas ações serão implementadas a partir das próximas reuniões do CONSAD. Com relação à redução dos valores atribuídos às FGs e CCs, existe a necessidade de avaliação, pois a tabela de valores é parte integrante da Lei. Neste caso, ainda não há resposta formal da Reitoria quanto à composição de pauta para discussão

Como resultado da mobilização dos servidores e da força da abordagem das reivindicações, foi possível estabelecer um novo patamar de diálogo e um novo espaço de discussão específico para as reivindicações dos trabalhadores

no CONSAD (o que deverá ocorrer nos próximos dias) e, baseado na resposta, o SINSEPEs tomará as medidas cabíveis e apontadas pela Assembleia.

Houve avanço, também, nas discussões

acerca do retorno da transmissão na FURBTV de programa de televisão produzido pelo SINSEPEs. Conforme o discutido ao longo das últimas assembleias, foi possível estabelecer novas tratativas com a Reitoria. A perspectiva de co-produção e diminuição dos custos mantendo a liberdade de pauta e abordagem do SINSEPEs voltou a ser uma realidade. Assim, as próximas ações são a composição do projeto do programa e a discussão direta com a FURBTV (já garantida pelo Reitor).

Como resultado da mobilização dos servidores e da força da abordagem das reivindicações, foi possível estabelecer um novo patamar de diálogo e um novo espaço de discussão específico para as reivindicações dos trabalhadores. A importância desse espaço de discussão vai muito além da atual administração da FURB e da atual Diretoria do SINSEPEs, representa a possibilidade do estabelecimento de um processo de negociação regular e permanente das pautas dos servidores com a Reitoria. Isso não compromete o enfrentamento necessário por parte do sindicato e sua liberdade de ação nas pautas em que não é possível estabelecer os acordos, mas pode significar a efetiva diminuição do desgaste institucional e dos servidores nos temas em que o diálogo respeitoso é capaz de resolver os problemas da comunidade universitária.

Sindicato apóia federalização com cedência de servidores da Furb

O Sinsepes compõe o Comitê Pró Federalização da Furb e apóia a posição da comunidade regional expressa através do plebiscito realizado em 2008. Nesta, torna-se muito evidente o desejo de que a Furb seja incluída no processo de instalação de uma universidade federal no Vale do Itajaí e que a cedência da estrutura física, do pessoal e a transferência dos estudantes tornem imediato o funcionamento da nova universidade partindo da estrutura e competência já existente na nossa FURB. A partir daí a mudança do sistema de financiamento, não dependente das mensalidades dos estudantes, e a integração ao sistema federal de ensino superior garantiriam a evolução institucional demandada pela comunidade, neste novo contexto, rompendo com os limites regionais.

Obviamente, o caminho para a concretização de nossos objetivos não é simples. Em novembro de 2009 tivemos considerável

avanço com a realização de Conferência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal em Blumenau. Na oportunidade, representantes do MEC, da UFSC, da FURB (incluindo Reitoria, trabalhadores e estudantes), entre outros, puderam expor seu ponto de vista com relação ao Projeto que tramita no Senado e dialogar com a relatora, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), quanto aos encaminhamentos. A representação do Sinsepes deixou claros os benefícios de se utilizar a experiência e competências da FURB e seus servidores na implantação da universidade federal em Blumenau. A proposta defendida pelo Sinsepes é utilizar o mecanismo de cedência para que os servidores passem a trabalhar e ser remunerados pela União, mantendo-se vinculados ao poder público municipal. A aprovação na Câmara de Educação do Senado, recentemente noticiada pela imprensa, refere-se aos encaminhamentos acorda-

dos nesta Conferência em Blumenau.

O Sinsepes reitera que a tramitação do Projeto no Senado é importante passo político, no entanto não significa a efetiva instalação da universidade federal neste momento, portanto não há motivo para preocupação dos servidores. As condições jurídicas da federalização da FURB serão objeto de estudo a ser implantado ainda neste semestre e que apontará as alternativas efetivas para manutenção do emprego dos servidores, conforme acordado em diferentes fases do processo. Assim, continuamos trabalhando na perspectiva do aproveitamento dos servidores da FURB e sua cedência para a universidade federal a ser instalada, em momento algum abandonando essa posição.

Diretoria do SINSEPEs

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau. **Jornalista responsável:** Leo Laps (01989JP-DRT/SC).

Projeto gráfico, diagramação e editoração: Leo Laps. **Tiragem:** 3.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89-12-900

Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 **E-mail:** sinsepes@sinsepes.org.br.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

RECICLE! NÃO SUJE A CIDADE!

Presidente: Tulio Vidor. **Vice-presidente:** Ricardo Machado **Secretário-geral:** Joni Júlio Evaristo **1º Tesoureiro:** Luiz Heinzen **2º Tesoureiro:** Luiz Donizete Mafra **Dir. Jurídico:** Glauco A. Espíndola **Dir. de Imprensa e Comunicação:** Carlos Silva **Dir. de Cultura:** Mariana Freitas **Conselho Fiscal:** Simone Wagner Rios Largura, Rita de Cassia Marqui (titulares); Décio Zendron, Rubia Carla Ribeiro e Natacha Juli Georg (suplentes)

■ Dia do Trabalhador

Sindicatos promovem reflexão e formação

No feriado do Primeiro de Maio, trabalhadores de Blumenau e região terão programação especial com apresentação de filmes e peça teatral, atividade de formação e música



Ao longo de sua história, a data do Primeiro de Maio foi apropriada de formas muito distintas. Se, originalmente, foi criada como um marco reivindicatório das melhorias de condições de trabalho, muitas vezes, serviu à exaltação da disciplina e da “colaboração” entre classes nos regimes autoritários. No Brasil, foi o trabalhismo getulista que transformou a data em feriado e trouxe o Dia do Trabalhador para o centro das comemorações do Estado Novo. Desde então, vivemos uma disputa sobre o caráter do Primeiro de Maio: se por um lado há aqueles que exaltam seu caráter celebrativo da condição de trabalhador, outros reafirmam o caráter combativo e reflexivo em defesa da organização dos trabalhadores e de melhores condições de vida e de trabalho.

Diante desta interpretação, o SINSEPEs, em parceria com o Sindicato dos Bancários de Blumenau e o Fórum dos Trabalhadores de Blumenau, busca dar novos sentidos a esta data histórica dos trabalhadores. Neste ano, será realizada uma extensa programação ao longo do dia 31 de abril e 1º de maio. Sobretudo, o que dá unidade a estas distintas atividades é justamente a promoção de eventos que propiciem formação e reflexão através da integração dos trabalhadores da Furb entre si e com outras categorias da classe trabalhadora da região.

30 de abril, sexta-feira | Auditório Bloco T, Furb

10h | “Pão e Rosas”, de Ken Loach (110min, 2000)

As irmãs Maya (interpretada por Pilar Padilla) e Rosa (Elpidia Carrillo), são trabalhadoras migrantes, de origem mexicana, em situação ilegal, empregadas de prestadora de serviço de limpeza de um prédio comercial no centro da cidade de Los Angeles. O destino colocou Sam (Adrien Brody), ativista sindical, no caminho de Maya. Ele convence a jovem de Tijuana a apoiar e participar da campanha de organização sindical dos faxineiros contra a exploração dos patrões. Os trabalhadores faxineiros recebem salários miseráveis, não têm assistência médica, nenhuma proteção trabalhista e ainda suportam um padrão abusivo. O tema de *Bread and Roses*, de Ken Loach, é a luta contra a precarização do estatuto salarial do contingente de trabalhadores subcontratados do setor de serviços que, nas últimas décadas, cresceu bastante nos EUA e nos países capitalistas.

São trabalhadores assalariados sem tradição de organização sindical, constituído por proletários imigrantes, muitos deles ilegais, sem direitos, e disponíveis para a superexploração do capital. Devido a tal situação de espoliação de direitos, a luta proletária incorpora um largo espectro de contingência, assumindo, deste modo, a bandeira da justiça social. Enfim, busca-se constituir um patamar mínimo de direitos sociais capaz de dar-lhe um lastro moral para lutas sociais e políticas de maior envergadura. Além disso, tal bandeira de agitação tende a ser adequada ao nível de consciência de classe contingente de tais proletários ainda imersos em expectativas de mercado. A bandeira de luta por Justiça não põem em questão o sistema do capital, expressando, portanto, os limites (e alcances) da luta dos proletários precários.

16h30 | “História das Coisas”, de Annie Leonard (21min, 2007)

História das Coisas é um documentário crítico e direto, baseado nos subterrâneos de nossos padrões de consumo e nas formas de produção em escala global. Revela as conexões entre diversos problemas ambientais e sociais, e é um alerta pela urgência em criarmos um mundo mais sustentável e socialmente justo. Através da ironia, nos faz compreender o funcionamento do capitalismo no mundo contemporâneo, e a precarização das condições de vida das pessoas neste complexo sistema de produção, circulação e consumo de mercadorias.



17h | “Na Loja de Chapéus” - Grupo Teatral Phoenix

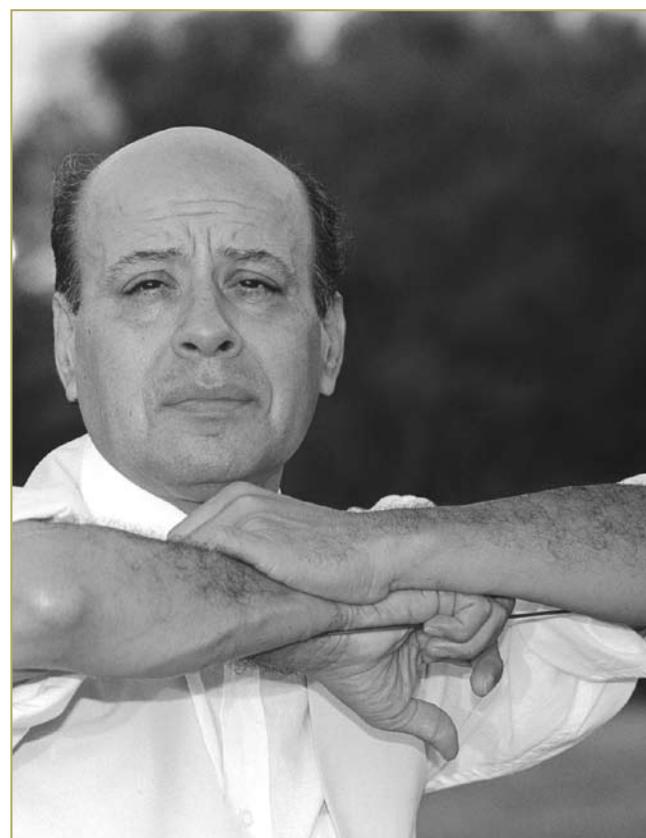
O grupo da Furb apresenta peça do dramaturgo e comico alemão Karl Valentin, na qual uma vendedora atende um cliente confuso que quer comprar um chapéu, mas não sabe ao certo o que levar. Segundo a diretora da peça, Olívia Camboim, os chapéus são usados na peça como uma metáfora para as ideias. Atuam na peça Lohanny da Silva e Thuan Stolf.

17h30 | Café da tarde

1º de maio, sábado | Clube Guarani, na Itoupava Norte

9h | Atividade de formação com Gilmar Mauro, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Uma conversa sobre o sistema financeiro mundial e seus desdobramentos na realidade dos trabalhadores brasileiros, bem como os desafios da classe trabalhadora em busca de um país mais justo e igualitário.



Argentino fecha programação no Guarani (Foto: Luiz Ávila)

20h30 | Show com Dante Ramon Ledesma

Músico e sociólogo, o argentino Dante Ramon Ledesma, que reside no Rio Grande do Sul desde os anos 70, canta, em canções como “A Vitória do Trigo”, “América Latina” e “Memória del Che”, a vida do trabalhador, do agricultor, dos excluídos e dos revolucionários latino-americanos.

INGRESSOS: R\$ 5

Cidadania

Privação dos direitos de crianças e adolescentes faz parte de uma política neoliberal e autoritária que paralisa os Conselhos Tutelares e os afasta dos movimentos sociais

O que esconde a proposta do toque de recolher

POR JOSUÉ DE SOUZA, *cientista social* <josuedesouza1@yahoo.com.br>

É preciso perceber que as políticas públicas para a criança e adolescência cumprem funções que muitas vezes são estranhas à garantia dos direitos deste público. Muitas vezes a tão pregada “proteção à infância” tem, por trás, ou mesmo por base, relações e interesses políticos velados. Neste sentido, aceito a tese de que não somente o conceito de infância, mas também o conceito de “criança”, em sua forma moderna, não atinge e nem está disponível a todas as crianças.

Este modelo de infância tem um caráter de classe e, historicamente, foi utilizado de forma política como instrumento de sobreposição de uma classe sobre outra. Como demonstra a história das políticas de assistência à infância no Brasil, onde determinadas crianças são consideradas “menores”, são vistas como “caso de polícia” e não como sujeitos de direito.

O FUTURO DO PAÍS

Este processo social e político foi iniciado na Europa do século 17, quando a filantropia era utilizada como mecanismo de poder para apaziguar os pobres revoltosos e construir a emergente sociedade liberal e capitalista.

No Brasil, desde o século 19 a política da infância serviu como bandeira e ferramenta utilizada pela burguesia nacional na construção de um país “civilizado” e de “moral elevada”, transferindo para as crianças, como grupo social, a esperança de um país melhor.

Ao longo da história nacional este processo recebeu contornos característicos da nossa cultura política, como o paternalismo e o autoritarismo.

No discurso oficial, as crianças e os adolescentes “abandonados” representavam um perigo “real” à nação em desenvolvimento. Eram, por sua vez, fruto de famílias desajustadas, “viciosas”, “avessas ao trabalho” e aos “males” que colocavam a sociedade que se industrializava e que tinha o trabalho como princípio moral superior.

Mas, esta história de autoritarismo conheceu alguns períodos de enfraquecimento e de proposta de uma construção de uma nova história de cidadania e democracia.

Não a cidadania do “elitismo democrático” que acredi-

ta e enfatiza o caráter privado e instrumental da política, mas o conceito de cidadania que acredita que a legitimidade das decisões e ações políticas deriva da deliberação pública da coletividade de cidadãos livres e iguais.

Na verdade, era um grito que ecoava das ruas, das praças. Um grito daqueles que até então eram tratados como “menores”, como objetos e não como sujeitos de direitos.

Assistimos a um esfriamento do movimento social, uma retração do Estado e um esvaziamento do debate na mídia que, por vezes, encampa uma verdadeira campanha em favor da privação do direito dos adolescentes. O que assistimos em Blumenau é um lento e gradual retorno ao velho autoritarismo.

Este grito criou, no interior deste Estado, autoritário, mas por hora democratizado, mecanismos como o Conselho Tutelar que, composto por representantes da comunidade escolhidos de forma popular, aposta na capacidade de autodeterminação do povo, isto é, acreditava neste novo jeito de fazer política que carregava em si uma dimensão pedagógica e democrática.

Este novo mecanismo deve atuar sempre que o Estado, a família e a sociedade colocam em risco o novo direito.

AUTORITARISMO

Porém, no “meio do caminho” algumas coisas mudaram. Se antes o Estado estava disposto a reconhecer direitos e construir políticas públicas, agora, tendo em vista a adoção de políticas neoliberais, passou a cortar os direitos não só dos “vadios”, como fazia antes, mas até mesmo dos trabalhadores.

Neste novo cenário, os Conselhos Tutelares tiveram

suas atribuições deturpadas transformando-o, quando em muito, num órgão de “atendimento das queixas sociais”. Assim, o Conselho Tutelar deixa de cumprir suas funções de fiscalização, controle e assessoramento do Estado e passa a ser apenas uma porta de entrada para a população na rede de atendimento. Minimizando, assim, as suas atribuições na relação com o Estado e fortalecendo-se como uma espécie de agência das famílias. Atrelado a isto, o Conselho Tutelar afasta-se daquele que foi sua matriz e que deveria, portanto, ser seu maior parceiro: os movimentos sociais.

Se no final dos anos 80, existiu um forte movimento social com base social para a criação de leis de proteção à infância, hoje assistimos a um esfriamento do movimento social, uma retração do Estado e um esvaziamento do debate na mídia que, por vezes, encampa uma verdadeira campanha em favor da privação do direito dos adolescentes, como no caso da proposta do Toque de Recolher.

O que assistimos em Blumenau é um lento e gradual retorno ao velho autoritarismo. Refiro-me à atual opção por critérios técnicos em detrimento de critérios políticos para a escolha dos Conselheiros Tutelares. Além da criação de controle para a atuação do Conselho Tutelar através da Comissão de Ética para os Conselheiros Tutelares que, na prática, tem sido transformado em mecanismo de ameaça e subordinação do Conselho Tutelar.

Com esta mesma característica autoritária de controle do Estado sobre a sociedade civil vem à proposta do “Toque de Recolher” que pode transformar de vez um instrumento democrático de garantia de direito em um órgão de controle de condutas individuais.

Assim, acredito ser necessário um movimento de reação através de construção de esferas públicas de debates sobre as políticas públicas para a infância. Mas, acredito que estes espaços não podem se situar dentro do Estado e sim no seio da sociedade civil de modo a se constituírem como elemento chave da construção de uma democracia verdadeiramente deliberativa.



Artistas se manifestaram contra falta de políticas públicas culturais na cidade (Foto: Jaime Batista da Silva)

O descaso político com a arte e a cultura em Blumenau

POR MÁRCIO CUBIAK, *cientista social e produtor cultural* <libidinagens@gmail.com>

Parte dos artistas e produtores culturais está plenamente certa de que Marlene Schindwein não trará nenhuma mudança significativa no cenário de descaso que o poder público municipal vem tratando a Arte e a Cultura em Blumenau. Quem participou da reunião com artistas, dia 14 de abril, saiu com a impressão de que não adianta mais conversar com a presidente. Falar com ela é como falar com um surdo, que precisa de outra linguagem para ser compreendida plenamente.

Penso que não deve haver lugar para a mediocridade no “time” de pessoas que compõem o primeiro escalão de um município como Blumenau. No entanto, Marlene é um exemplo de como alguns prefeitos insistem nesta tecla. A atual presidência da entidade mostra que a criatividade, a articulação com outras esferas governamentais para ampliar o leque de parcerias, capacidade de diálogo e a ciência sobre a existência de políticas culturais não fazem parte de sua bagagem como gestora, tornando-se, com certeza, a mais desnecessária de todas as gestões da história da Fundação Cultural de Blumenau.

Está tão claro que não vivemos numa ilha, mas há gestores que não se importam em ‘antelar-se’ com as trans-

formações institucionais e políticas que sofrem as pastas que dirigem ao redor do planeta e ao longo da história. Administrar Blumenau é um ato complexo, por isso quem quer que seja prefeito, tem que montar uma equipe articulada, transversal e que assuma a responsabilidade histórica de reorientar os rumos do desenvolvimento regional, que vem perdendo dinamismo por seu excesso de econométrica. E pelo que se percebe o atual prefeito não dá a mínima para Marlene, deixando-a jogada a própria sorte. Ou então, o prefeito não quer nem saber de ouvir falar em reivindicação de artista e política cultural. Kleinubing, talvez, realmente goste do que vem sendo feito pela arte e cultura por aqui.

Para estes artistas e produtores culturais que se manifestam, não importa se Marlene é liberal, socialista, anarquista, comunista ou capitalista. Não importa a sigla partidária. Importa, sim, que ela avance, trabalhando na ordenação ou reordenação de um modelo que não privilegia a produção, a distribuição e a fruição das artes e da cultura e que se faz presente na administração pública municipal há pelo menos uma década. Infelizmente, a política do evento impera. Apenas plumas.

(PS: Qual o papel de um Diretor de Cultura?)

Saúde & trabalho

A valorização dos trabalhadores, mesmo em um ambiente de incerteza jurídica, política e econômica, é essencial para manter condições saudáveis de trabalho dentro da Universidade

Crise institucional e bem-estar do servidor

POR GLAUCO ANDERSON ESPÍNDOLA, *psicólogo e professor de Psicologia* <glaucopsi@gmail.com>

As exigências impostas pelo atual processo de desenvolvimento econômico capitalista, exigindo de cada indivíduo a aquisição constante de bens e serviços, impõe aos trabalhadores o investimento de um esforço físico e mental contínuo.

Estes esforços envolvem um custo de energia, e este custo torna-se elevado para muitos trabalhadores, que tem sua saúde muitas vezes deteriorada, propiciando sintomas decorrentes da atividade no trabalho, como baixa produtividade, absenteísmo, depressão, insatisfação, desprazer, desconforto, afastamento por licença para tratamento médico e até mesmo pedidos de demissão.

Não obstante, alguns requisitos, por exigirem um elevado nível de responsabilidade ou uma sobrecarga de trabalho, incidem como uma parte integral de cada função em particular, podendo potencializar os problemas decorrentes das funções laborais. Outros fatores, no entanto, não possuem influência direta sobre a atividade do trabalho, mas indiretamente influenciam o estado emocional de cada trabalhador.

Refiro-me à ambigüidade gerada pelas incertezas futuras relacionadas à situação jurídica, política e econô-

mica da FURB, onde cada servidor, estatutário ou contratado, sem exceção, está sentindo na pele o desconforto, a desconfiança, o medo e, principalmente, tendo muitas dúvidas e dificuldades para lidar com percalços advindos de problemas históricos, e que inevitavelmente geraram uma Ação Civil Pública, por sinal bastante coerente em contraposição à situação que a Universidade vivencia.

Falando das incertezas e também das injustiças, algumas destas condições geram medo, e este medo, conforme a enciclopédia livre Wikipédia (www.wikipedia.org), proporciona um estado de alerta demonstrado pelo receio de fazer alguma coisa, geralmente por se sentir ameaçado, tanto física como psicologicamente. Este medo pode provocar reações como descarga de adrenalina, aceleração cardíaca e tremor. Pode provocar atenção exagerada a tudo que ocorre ao redor, depressão, pânico, etc.

Medo é uma reação obtida a partir do contato com algum estímulo físico ou mental (interpretação, imaginação, crença) que gera uma resposta de alerta no organismo. Esta reação inicial dispara uma resposta fisiológica que libera hormô-

nios do estresse (adrenalina, cortisol), preparando o indivíduo para lutar ou fugir.

LUTA E COMPROMETIMENTO

Porém, fugir não é o melhor remédio para enfrentar este medo, mas sim lutar de maneira coletiva, participativa e democrática, reconhecendo a possibilidade de resgatar o compromisso ético e o cuidado com o maior patrimônio desta Universidade, que são seus trabalhadores técnico-administrativos e docentes.

Este comprometimento é a força do vínculo que une o trabalhador com a esperança, com a possibilidade de vislumbrar uma perspectiva de trabalho em relação à Universidade com maior clareza e segurança. Este vislumbamento depende da forma de compromisso de seus gestores, com as demandas colocadas de maneira coletiva nas assembleias representadas pelos próprios trabalhadores. Isto é, reconhecer que os problemas foram apontados e que devem ser reconhecidos legitimamente. Aceitar que existem problemas a serem resolvidos é o primeiro passo para instituir uma atitude coerente e, portanto, voltada à resolução dos problemas imperativos da Uni-

versidade. Evita-se assim a insatisfação e o mal-estar de todos os trabalhadores da FURB.

Muitos servidores se sentem emocionalmente ligados de maneira muito profunda com a Universidade, se identificam com valores e objetivos da instituição, sentem-se comprometidos e principalmente movidos por um senso de dever moral e ético, fundamentados em lealdade e obrigação com uma busca contínua de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, conservando o tripé fundamental da indissociabilidade: ensino, pesquisa e extensão, princípios básicos metodológicos do ensino superior.

Portanto, a luta pela manutenção destes princípios é, na verdade, a manutenção de uma condição saudável, não somente para a instituição, mas também para todos aqueles que fazem parte desta história. A valorização que cada trabalhador deve ter para seu local de trabalho é reproduzido também pela maneira com a qual os seus superiores o valorizam. Cabe à reitoria valorizar os pedidos de seus trabalhadores para que os mesmos possam, sim, sentirem-se orgulhosos e felizes por fazerem parte da melhor Universidade do Vale do Itajaí, e uma das melhores de Santa Catarina.



Marcha dos Sem Terra



Nesta página: marcha adentra a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (foto maior); agricultor militante durante marcha na comunidade Chico Mendes (Fotos: Juliana Adriano)

Descriminalização dos movimentos sociais é pauta sindical e do MST

A opressão que combatemos em termos agrários, trabalhistas, ecológicos, religiosos, coletivos e de direitos individuais tem na sua origem os mesmos opressores e os mesmos oprimidos

POR TULIO VIDOR, presidente do Sinsepes



A Marcha promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é muito mais do que reivindicação de uma causa isolada de um grupo de pessoas ou uma lembrança do massacre de Eldorado dos Carajás (assassinato brutal de 19 trabalhadores sem-terra pela Polícia Civil no sul do Pará, em 1996). Participar dos atos públicos deste movimento não significa o apoio simplista da invasão da propriedade privada, significa o apoio ao maior e mais impactante movimento social organizado do país. Momento de mobilização, de discussão e reflexão, a Marcha que partiu de Itajaí rumo à Florianópolis foi organizada a partir de 3 eixos temáticos: 1- Perspectivas da reforma agrária no Brasil; 2- Patrimônio nacional e sustentabilidade (com ênfase na discussão do Pré-sal); 3- Criminalização dos movimentos sociais. O terceiro item é de direta incidência no movimento sindical e reforça a importância do apoio ao MST como ator central no combate

à repressão dos movimentos, muito além da pauta agrária ou de defesa de interesses de apenas um grupo organizado.

O acirramento do combate governamental e de grupos de interesses individuais aos movimentos sociais volta com muita força ao debate sindical e não por acaso. Os recentes casos de enfrentamen-

Criminalizar os movimentos sociais é a estratégia dos que tem muito (poder, acúmulo econômico, etc) para desmobilizar os que tem pouco

to policial, de restrição à liberdade de manifestação, de impedimento do acesso aos espaços públicos e de prisões de dirigentes na realização de reuniões não se restringe ao MST e remonta a episódios dos

piores períodos da ditadura militar. Neste contexto, o MST aparece como agente político central de enfrentamento, não só por ter maior visibilidade e sofrer as agressões mais duras, mas pela capacidade de organização e de ampliação dos temas com abordagem competente das questões que envolvem a luta de outros movimentos, por exemplo o sindical. Reivindicações, lutas, debates e capacitação neste caráter “intermovimentos” fazem destas atividades, como a Marcha do MST, grandes encontros de mobilização coletiva e social, fundamentais para a organização de ações coordenadas entre os movimentos, mas também para a qualificação de seus debates internos e de suas bases.

Criminalizar os movimentos sociais é a estratégia dos que tem muito (poder, acúmulo econômico, etc) para desmobilizar os que tem pouco. Esta estratégia segue a mesma lógica dos que não aceitam discutir posições diferentes das suas, dos que tem medo de conhecer o diferente, dos que não admitem a livre manifestação de idéias, dos que defendem o espaço público restrito e para uso privado, dos que tem medo de perder o poder e benefícios individuais através do confronto de idéias em prol do coletivo. Quem persegue os movimentos sociais e coletivos apóiam o autoritarismo, as ditaduras, a anti-democracia, a exploração de muitos por poucos, a prática de trabalho escravizante, a perda de direitos trabalhistas, a não reposição salarial e a criminalização dos menos assistidos: os que não tem terra, os que não tem teto, os que não tem salário, os que não tem universidade, os que não tem dignidade.

Compreende-se facilmente que as lutas que nos parecem tão distantes, que as reivindicações que nos parecem tão “de outros” são, na verdade, justamente o que nos aproxima enquanto cidadãos, pois a opressão que combatemos em termos agrários, trabalhistas, ecológicos, religiosos, coletivos e de direitos individuais, tem na sua origem os mesmos opressores e os mesmos oprimidos.

RELATO: a Marcha dos Sem Terra na grande Florianópolis

POR JULIANA ADRIANO, cientista social <ju.adriano@gmail.com>

PRIMEIRO DIA - MARCHA SEGUE DE ITAJAÍ (PARQUE DA MAREJADA) A BIGUAÇU (COMUNIDADE GUARANI)

Talvez alguns de vocês já tenham reparado, outros não, mas beirando a BR 101, no município de Biguaçu, próximo a um aqueduto antigo, à igreja São Miguel e ao Museu Etnográfico Casa dos Açores, há uma placa que diz: “Aldeia Guarani”. Em vésperas ao Dia do Índio, lembrando que o povo indígena não merece somente um dia, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e seus parceiros, optaram por reinterar sua luta conjunta e fizeram uma visita à aldeia.

Alguns chegaram cedo à comunidade Guarani, foram aos poucos se acomodando, receberam as boas-vindas, conversaram um pouco, procuraram sombra e água para cozinhar. E quando os que marcharam por 22 quilômetros chegaram, seu almoço estava pronto: comida cultivada pelos agricultores dos movimentos e água protegida pelos indígenas em seu território.

Após o almoço, havia curiosidade dos que marcharam em conhecer onde e como vive esse povo Guarani. Por outro lado, este queria reencontrar o MST. Embaixo da árvore, esperava sentado um casal de senhores de cabelos brancos. Muitos quiseram ir conversar com eles, saber como viviam, o que pensavam, ou simplesmente contemplá-los. Estar na aldeia revela a vida simples que esse povo tem e também que muito pouco caso deles todavia é feito.

Por fim, todos se reuniram em frente à Casa do Artesanato, e as lideranças reiteraram suas lutas em conjunto.

TERCEIRO DIA - ENTREGA DE ALIMENTOS À COMUNIDADE CHICO MENDES, MANIFESTAÇÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E MARCHA

Os trabalhadores acordaram cedo - como de costume - tomaram seu café-da-manhã e se reuniram em assembleia. Nela foram recolocadas as pautas do dia e os objetivos da luta. Neste momento, se juntou a Jornada de Lutas e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

Naquela terça-feira (20 de abril), o primeiro destino da caminhada foi o Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP), localizado na Comunidade Chico Mendes, Florianópolis. A opção pela comunidade Chico Mendes se deu pelo histórico da comunidade, que é fruto de processos organizados de luta pela moradia, e envolveram migrantes, moradores que não conseguiam mais pagar os aluguéis, pessoas da ala progressista da Igreja Católica, sindicalista, alu-

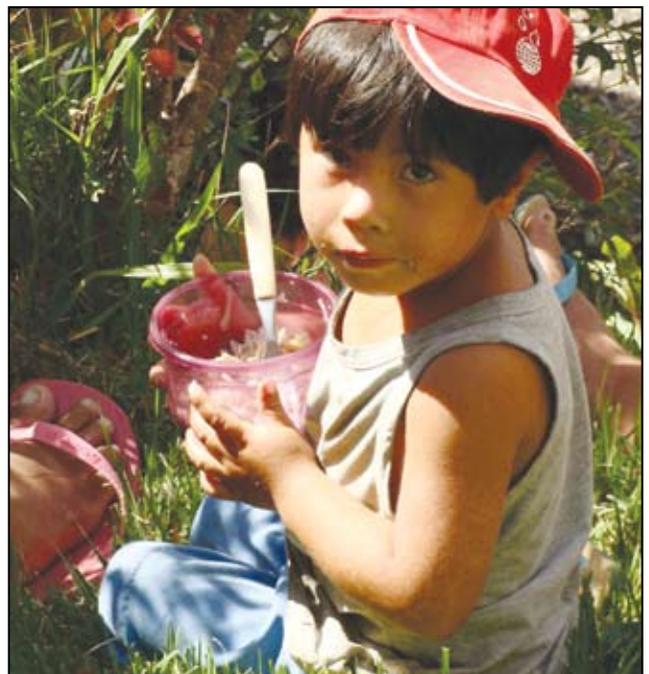
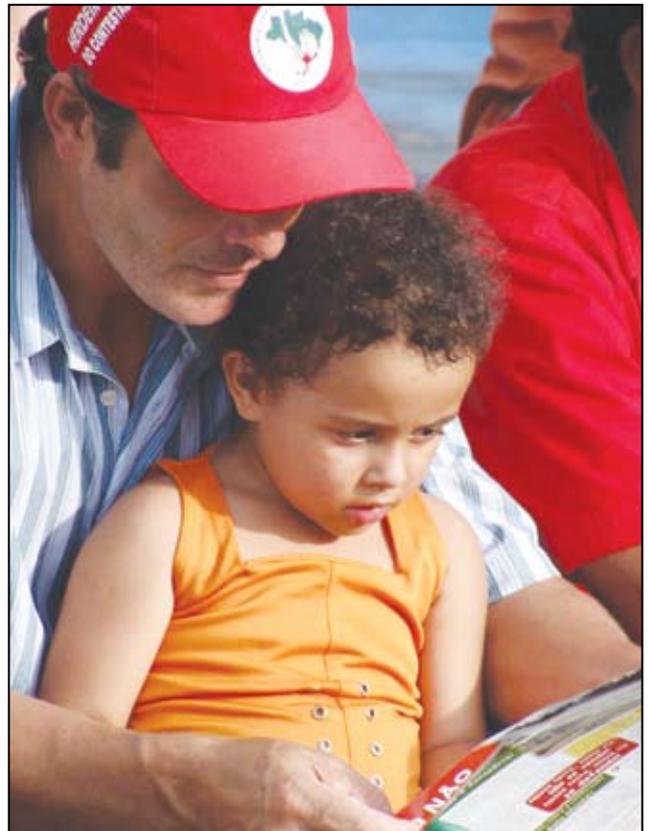
nos e professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)¹.

Chegando ao CEDEP, o MST distribuiu cerca de 18 toneladas de alimentos, produzidos pelos agricultores que trabalham em terras da Reforma Agrária em várias partes do estado de Santa Catarina. Foi envolvente a surpresa das crianças ao verem abóboras de mais de um metro, a felicidade em receberem o milho, o leite, o feijão, a farinha. A expectativa na porta do caminhão era tamanha que não tiravam o sorriso do rosto, corriam para dentro do CEDEP, deixavam os alimentos e voltavam para buscar mais. Por outro lado, era bonito de ver a satisfação dos agricultores e agricultoras ao verem a felicidade das crianças.

As lideranças dos Movimentos Sociais do Campo e da Cidade enfatizaram a necessidade de unir as lutas do campo e das comunidades pobres dos centros urbanos. Além disso, Altair Lavratti, um dos coordenadores do MST em SC, enfatizou que a entrega daqueles alimentos é “um ato simbólico que mostra o quanto a distribuição de terra pode auxiliar a sociedade. Ao mesmo tempo, é uma reafirmação da necessidade de soberania alimentar”.

Após o almoço todos foram até a Assembleia Legislativa pautar a discussão do MST e do MAB. Infelizmente, na véspera do feriado de 21 de abril, poucos deputados estaduais se faziam presentes no plenário. Em seguida se juntaram à marcha os trabalhadores da Saúde e caminharam até a Tractebel, protestando contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na Amazônia.

1 - RIBES, S. *História de vida, saberes informais e formais do sujeito jovem da Comunidade Chico Mendes. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.*



Nesta página, de cima para baixo, sentido horário: distribuição de 18 toneladas de alimentos produzidos em assentamentos na comunidade Chico Mendes; participantes lêem cartilha contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte; menino Guarani em dia de visita dos MST; agricultora aprecia trabalho dos indígenas da Aldeia Guarani de Biguaçu; marcha na Chico Mendes (Fotos: Juliana Adriano)



Entrevista: Elton Gomes, coordenador da CUFA Blumenau

Das quatro da manhã até o meio-dia, Elton Gomes, o Thom, trabalha assando pães em uma padaria de Blumenau. Depois do expediente, o paulista radicado na cidade há quatro anos se dedica a fortalecer a presença da Central Única das Favelas, a CUFA, na região. Nascida na famosa favela Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, através dos rappers MV Bill (reconhecido pela Unesco como um dos maiores ativistas do mundo) e Celso Athayde, a entidade já tem duas décadas de trabalho político, social, esportivo e cultural em todo o país. A Blumenau que ultrapassou a barreira dos 300 mil habitantes e convive cada dia mais com os problemas típicos das grandes cidades brasileiras tornou-se a quinta em Santa Catarina a contar com uma base da CUFA.

A realidade das favelas em Blumenau foi escondida por décadas pelo poder público e privado, preocupado com a imagem da Cidade-Jardim e, principalmente, com os lucros do turismo na "europa brasileira". Mas o desastre de novembro de 2008 escancarou de vez uma situação que já vinha sendo alertada por estudiosos, jornalistas e pela própria população: Blumenau cresceu em ritmo acelerado e aumentou muito o abismo entre pobres e ricos. A favelização progressiva da cidade é, inclusive, tema de artigo da jornalista Magali Moser publicado na última edição da revista Blumenau em Cadernos, sob o título "O Processo de Favelização de Blumenau". A pesquisa foi feita em 2009 com recursos do Fundo Municipal de Cultura de Blumenau, e revelou ao poder público aquilo que o mesmo, há muitas eleições, não se preocupou em saber: há muito mais miséria em Blumenau do que as propagandas da Oktoberfest deixa transparecer.

A luta que Thom realiza em Blumenau é contra a exclusão social dos moradores das comunidades carentes da cidade. Como coordenador da CUFA Blumenau, tem o objetivo de levar cidadania, autoestima e oportunidades para jovens e adultos que moram nas favelas da cidade. Para isso, precisa legitimar a organização e suas atividades. Em entrevista exclusiva ao Expressão Universitária, ele revela as dificuldades e conquistas após um ano à frente da Central Única das Favelas.

SINSEPEs. Como é o processo de fundação de um pólo dessa instituição e onde a CUFA está presente no estado?

Elton Gomes. O convite foi feito pelo ex-coordenador da CUFA Blumenau, Matheus Dickmann. Ele continua sendo um grande parceiro, mas não teve condições de desenvolver os trabalhos da CUFA, e o grande dilema da organização é que você não pode ficar esperando as coisas acontecerem. Tem que correr atrás. A CUFA hoje tem nome respeitado em todo o país, mas ao mesmo tempo em que abre portas, também fecha algumas. Sem dúvida, em Blumenau, elas tem fechado bastante.

SINSEPEs. Nos anos 70, quando o poder público e o empresariado de Blumenau davam os primeiros passos para fazer da cidade uma versão brasileira da Alemanha, a Comis-



“O sonho da Cufa é acabar com o termo favela”

são Municipal de Turismo, recém-criada, negou com toda convicção a criação de uma escola de samba em Blumenau. É a isto que você se refere quando fala de portas fechando, ainda hoje?

Thom. Muitas coisas mudaram, não só através da CUFA, mas de várias

Queremos garantir a realização de um Carnaval de rua em 2011 em Blumenau. Se há o Stammtisch, por quê não um Carnaval de rua?

outras entidades que mostraram que Blumenau não é somente germânica, que hoje há pessoas de diversos estados, com culturas diferentes, querendo manifestar essa diversidade. Reconhecer isso, o governo municipal ainda não reconhece. Mas essa cultura já está nas ruas. Queremos juntar um grupo forte para garantir a realização de um Carnaval de

rua em 2011 em Blumenau. Se há o Stammtisch, por quê não podemos ter Carnaval de rua? Por que ele tem de ser feito dentro da Vila Germânica, com cobrança de R\$ 2 de entrada? Queremos fazer um trabalho nesse sentido em Blumenau, principalmente dentro das comunidades.

SINSEPEs. Como a CUFA está tentando se fortalecer em Blumenau?

Thom. Primeiro, trazer as comunidades para o nosso lado, os presidentes das associações de moradores, e participar de reuniões importantes como as do CONSEG (Conselho Municipal de Segurança). Precisamos ter o reconhecimento das pessoas que já fazem trabalhos dentro das comunidades.

A nossa intenção, só para citar novamente o Carnaval, é fazer alguma atividade na Vila União, por exemplo. Eles tem um galpão enorme, onde pretendemos formar uma escola de samba durante os fins de semana e fazer atividades culturais durante a semana. Mas hoje nada se faz sem dinheiro. Temos instrutores que poderiam dar aulas de capoeira, de cultura hip-hop (grafite, cursos de DJs e MCs, B-boy), mas fica difícil criar pólos de oficinas sem dinheiro nem para pagar condução para a pessoa frequentá-los. Por isso, estamos buscando emendas parlamentares, sentamos com senadores, deputados, vereadores. Tem sido bem complicado, mas este ano deve ser crucial, pois teremos a etapa estadual do RPB (Rap Popular Brasileiro) em Blumenau, e também uma etapa municipal da LIBRA (Liga Internacional de Basquete de Rua) em junho, no Ramiro Rue-

diger. Esses eventos fortalecem nosso trabalho. Agora, através de uma emenda do deputado Décio Lima (PT), devemos um trabalho com a juventude de Blumenau através do PELC (Programa de Esporte e Lazer das Cidades). Temos também o projeto "A Rua Ensina", que já ocorre em São José, Tubarão e Laguna. Com essa emenda, vamos ter equipamentos para trabalhar. Hoje, por exemplo, não temos nem um som. Quando precisa, pega emprestado ou o próprio participante leva.

SINSEPES. Vai na base da colaboração de quem participa, então?

Thom. A CUFA, em todo o Brasil, tem improvisado muito. A visão é essa: não vamos esperar pelo poder público para fazer acontecer, vamos meter a cara e fazer do nosso jeito. Por isso mesmo o lema da CUFA é Central Única das Favelas: Fazendo do Nosso Jeito.

SINSEPES. Mas com a emenda, o que vai dar pra fazer?

Thom. Trabalhar com a juventude com o basquete de rua e a cultura hip-hop, que são as atividades da CUFA. Além disso, vamos buscar as potencialidades dentro da própria comunidade. Por exemplo, aquela senhora que faz crochê e quer ensinar um grupo, ou alguém que toca um cavaquinho, um violão, também. A ideia é dar voz e credibilidade para esse povo, trazer para a CUFA as atividades que a própria comunidade já tem. Se tem um time de futebol na comunidade, se a CUFA tiver uma quadra, vai oferecer. Isso trabalha a autoestima da comunidade e traz as famílias para junto da CUFA.

SINSEPES. A CUFA surgiu logo após o desastre de 2008. Você percebeu uma mudança na postura das comunidades, na mobilização das pessoas, após esse período?

Thom. Essa catástrofe levantou muitas questões. Vemos movimentos que não são reconhecidos pelo poder público, como o MAD (Movimento dos Atingidos pelo Desastre, formado por pessoas que foram parar em abrigos provisórios logo após a enchente de 2008), vemos os desabrigados que estão nos abrigos ditos "provisórios" há quase dois anos, vemos os vereadores falando da burocracia dos governos municipal, estadual e federal, num jogo de empurra-empurra onde ninguém toma responsabilidade. Hoje, todas as comunidades tem se mobilizado, pois todas foram atingidas por essa catástrofe social. No Rio de Janeiro, em São Paulo, em Angra, foi a mesma catástrofe social. E elas podem acontecer de novo, a qualquer momento.

SINSEPES. Como a CUFA representa as comunidades diante do poder público?

Thom. Nós não podemos fazer o que é responsabilidade do poder público. Nós somos um meio de levar as demandas e informar o que está acontecendo. E logo depois da catástrofe, fica meio difícil para mim ouvir um secretário do município dizer

que não conhece essas demandas. A pesquisa da jornalista Magali Moser levantou essa polêmica, pois ela conseguiu as informações que a prefeitura nunca tentou buscar. Eles (o poder público) sabem que há pontos vulneráveis, sabem de pontos que podem sofrer deslizamentos, e fica difícil para mim ouvir que eles não sabem o que está acontecendo.

Todas as comunidades tem se mobilizado, pois todas foram atingidas por essa catástrofe social. No Rio, em São Paulo, em Angra, foi a mesma catástrofe social. E elas podem acontecer de novo

SINSEPES. O desastre expôs o crescimento da favelização, o crescimento desordenado da cidade, a realidade dessas famílias. Hoje, como o termo "favela" é visto em Blumenau?

Thom. O termo favela segue muito marginalizado. Quando você fala "morador da favela" você nunca vai pensar em alguém com potencial. Vai visualizar um pobre-coitado e lembrar sempre dos traficantes, da parte ruim da comunidade. É o que aparece na mídia. Sempre é esquecido que quem mora nessas comunidades são pais e mães de família que acordam às cinco da manhã para movimentar toda a indústria têxtil da ci-

A maioria dos políticos não aparece jamais para saber das demandas das comunidade

dade, que movimentam as lanchonetes e padarias, que limpam as ruas, que movem a cidade. Hoje essas comunidades concentram até 40% da população de Blumenau, pois favela não significa só barraco. Como diz o panfleto que distribuímos, favela é "nada mais do que espaços físicos cujos moradores vivem em desvantagem social e econômica", ou seja, agrega muito mais localidades.

SINSEPES. Como tirar o conceito de marginalidade do morador dessas comunidades carentes?

Thom. Queremos fazer um informativo sobre a cultura hip-hop. Vemos que o conceito dela é voltado

A parte ruim da comunidade é o que mais aparece na mídia. Sempre é esquecido que quem mora nessas comunidades são pais e mães de família que acordam às cinco da manhã para movimentar toda a cidade

para a marginalidade. Queremos tirar essa imagem negativa. Aqui, muita gente nos olha dos pés à cabeça e fazem um pré-conceito pela nossa aparência. Mas quando vamos participar de reuniões com a coordenadora das polícias civil e militar, está lá este rapaz com bermudão, camisa folgada, representando a CUFA, e que tem tanta atenção quanto os outros participantes, até mais. Isso legitima o trabalho da CUFA e alfineta o poder público, mostrando que esta-

mos presentes.

SINSEPES. Blumenau vem crescendo muito rapidamente desde os anos 90. Como o pessoal que mora nas comunidades carentes pensa a respeito de como a cidade deve crescer para ser mais justa e democrática?

Thom. A cidade vem tendo um cres-

cimento não-sustentável. Querem mostrar pro Brasil e pro mundo que Blumenau é um pólo de geração de empregos e de turismo, esquecendo que isso cutuca as pessoas que estão em cidades menores, em más condições de vida. As pessoas vem para cá com um sonho de apenas manter um emprego e se sustentar, mas muitas vem sem qualificação profissional, sem estudo. Essas pessoas vão parar dentro das comunidade e, mesmo assim, não conseguem se manter. Acabam sendo aliciados pelo tráfico de drogas, que tem crescido e usado o crack como uma epidemia. No tráfico, um jovem ganha até R\$ 100 por dia para ficar 12 horas vendendo cra-

ck. Sem espaço no mercado, sem qualificação e sem dinheiro para se qualificar, ele não vê muita saída. Quando esses imigrantes chegam em Blumenau, não veem oportunidades por parte do município para estudar e treinar, com bolsas. Há falta de informação e formação dessas pessoas que vem de fora, mas não são eles os causadores dos problemas de Blumenau. Não foram essas pessoas que trouxeram crack, ele já existia aqui. Hoje o que acontece é que os traficantes estão aliciando muito mais gente. A pessoa muitas vezes vai embora da sua cidadezinha para não ser aliciado, vem para Blumenau trabalhar, chega aqui e vê a mesma coisa. Terá de pa-

comunidade debatendo, ela está sempre só assistindo.

SINSEPES. O que a CUFA acha do projeto do toque de recolher proposto pelo vereador Jovino Cardoso (DEM)?

Thom. Isso vai pegar não apenas o jovem contraventor, mas todos os jovens da cidade. Era necessário ouvir a CUFA, por exemplo, ou as associações de moradores. Nós desenvolvemos um trabalho com a juventude de Blumenau. Por que não somos consultados a respeito? Por que a população não é realmente ouvida? Temos muitas pessoas que desenvolvem um trabalho muito melhor sem estar no poder. A maioria dos políticos não aparece jamais para saber das demandas das comunidade.

SINSEPES. Muitas pessoas tem a visão de que a solução para os problemas de favelização é tirar comunidades inteiras do morro e colocá-las em lugares planos, mais adequados. O que você pensa disso? Qual o projeto de futuro da CUFA?

Thom. O sonho da CUFA é acabar com o termo favela, não a palavra em si, mas acabar com a diferença social e econômica que gera a pessoa favelada, o gueto. Favela significa exclusão social. Ela deixar de existir significa que todo mundo terá acesso a bens comuns. Hoje, em Blumenau, poucas pessoas tem acesso a bens como a internet. Na Pedro Krauss, na Velha Grande, mal tem telefone, imagine internet. Nem água, que é um bem essencial, às vezes tem. A CUFA quer ver todos tendo acesso à água potável, à hospitais decentes, à informação e cultura, enfim, que todos tenham um patamar mais igualitário de desenvolvimento social.



"FAVELA TEM VOZ, SÓ PRECISA SER OUVIDA"

A Cufa está arrecadando R\$ 70 mil em doações para realizar uma pesquisa com 2 mil moradores favelas do Brasil inteiro. O trabalho será feito em parceria com o Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), usando como metodologia a entrevista. O objetivo é saber o que pensam sobre as catástrofes que atingiram comunidades carentes nos últimos anos, as políticas públicas para melhorar suas condições de vida, a discriminação, a violência urbana, etc. Para fazer doações (mínimo R\$ 5, envie um email para pesquisacufa.ibps@cufa.org.br ou entre nos sites:

www.cufa.org.br
www.cufa-blumenau.blogspot.com

"A INDISFARÇÁVEL FAVELIZAÇÃO EM BLUMENAU - UMA REFLEXÃO SOBRE AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE POBREZA NO MUNICÍPIO"

A próxima edição da revista Blumenau em Cadernos, produzida pela Fundação Cultural de Blumenau, traz o resultado da pesquisa feita pela jornalista Magali Moser, com colaboração da professora do departamento de Serviço Social da Furb, Jacqueline Samagaia, sobre as áreas de pobreza de Blumenau. Realizado com recursos do Fundo Municipal de Cultura, o artigo revela dados importantes e inéditos sobre as favelas blumenauenses, e faz um mapeamento das áreas mais vulneráveis da cidade. Para adquirir um exemplar, que custa R\$ 12, é preciso contatar o Arquivo Histórico José Ferreira da Silva pelo telefone 3326-6990

Semana das Religiões de Matrizes Africanas



Liberdade religiosa é garantida pelo Estado brasileiro, mas intolerância está longe de ser coisa do passado (Foto: Leo Laps)

Uma semana de conhecimentos ancestrais

POR BEN-HUR DEMENECK, Mestre em Jornalismo pela UFSC <b.demeneck@uol.com.br>

Poucos meses em contato com a cidade de Blumenau, já tive boas chances de me surpreender. Uma das ocasiões se deu em um dos auditórios da FURB. Eu me deparei com uma semana de atividades dedicada a religiões de matriz africana. Satisfação redobrada ao saber que ela resultava de lei promulgada pela Câmara e de ser um evento do calendário oficial do Município.

No mês de março, Brasília acolheu a segunda edição da Conferência Nacional de Cultura. Lá, os participantes puderam observar de perto a movimentação promovida pelos povos de terreiro. Uma dessas figuras foi Mãe Beth de Oxum, religiosa cujo espaço foi aprovado como Ponto de Cultura, em 2004, pelo Ministério competente. O “Coco da Umbigada” fica em Olinde, Pernambuco, seu grupo trabalha a memória do ritmo coco e propõe inclusão social e digital de jovens em condição de vulnerabilidade.

Apesar de toda riqueza material e imaterial dos povos de terreiro, ainda não existe uma política cultural específica para atendê-los. Para o coordenador da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID/Minc), Américo Córdula, apenas falta organização. Grupos indígenas, ciganos e integrantes do movimento hip hop hoje possuem editais específicos de premiação. Faltaria maior associação, pois, em se tratando de bens simbólicos, esbanja-se vitali-

dade. A batalha de orixás no livro “Dona Flor e seus dois Maridos”, do Jorge Amado, dá uma amostra dessa criatividade ancestral.

Cultura, ação social, religiosidade. Apesar de tanta comunicação, permanece a desinformação sobre crenças tão ligadas aos elementos da natureza. Ficasse no desinteresse, seria só desperdício de conheci-

Os empecilhos aos terreiros não são um problema que importa apenas a seus integrantes. Importa muito a qualquer religioso, cioso de preservar sua liberdade. Importa ao cidadão, atento a um Estado distante da esfera da crença

mento. Porém, a ignorância avança para a esfera criminal, alcança a violência, a perseguição, o fanatismo. No entanto, esse tema raramente chega aos jornais.

O evento de Blumenau integra praticantes de ritos afro e informa membros diversos da comunidade (o meu caso), a partir de uma programação variada. Além de palestra

e debate com pai-de-santo, há exposição de fotografias, apresentação de documentário e lançamento de livro. Em termos políticos, o cronograma lista intervenção na tribuna da Câmara, no primeiro dia, e ato público contra a Intolerância Religiosa, no terceiro. Debates muito a calhar a um Brasil que vive hoje o desafio da implementação da lei federal 10.639, para fazer da história africana uma realidade nos currículos escolares.

Em palestra, no dia 20 de Abril, o pai-de-santo Pépe Sedrez comentou sobre a necessidade de levar à população conhecimento sobre os cultos africanos, para vencer preconceitos. Se há uma constatação de que essa abertura deve haver, nem sempre se consegue o tempo para fechar o ciclo: Sedrez, em outro ponto da sua fala, declarou que teve de mudar seu terreiro de endereço. A imobiliária quebrara contrato unilateralmente, cedendo à pressão de vizinhos.

Os empecilhos aos terreiros não são um problema que importa apenas a seus integrantes. Importa muito a qualquer religioso, cioso de preservar sua liberdade. Importa ao cidadão, atento a um Estado distante da esfera da crença. Ademais, as religiões de matriz africana têm muito a ensinar a religiosos, a cidadãos, de todas as formações e filosofias. Blumenau, apenas por dar suporte a essa semana em lei municipal, acena um gesto de extrema civilidade. Vamos praticá-lo.

O tesouro que veio em navios negreiros

POR PÉPE SEDREZ, pai-de-santo e diretor de teatro <pepe@ciacara.com.br>

O Brasil é um país com Estado laico.

Estado Laico, também conhecido como Estado Secular, é aquele que não possui uma religião oficial, mantendo-se neutro e imparcial no que se refere aos temas religiosos. O Estado laico favorece, através de leis e ações, a boa convivência entre os credos e religiões, combatendo o preconceito e a discriminação religiosa.

Quando os europeus traziam para esta terra brasileira uma multidão de exeres humanos, ex-dignos guerreiros, ex-pacíficos agricultores e até mesmo ex-realeza de tribos africanas, mal sabiam que muito mais do que coisas – assim os tratavam – muito mais do que carcaças de peles muito escuras, muito mais do que escravos, traziam, à revelia – é verdade – um riquíssimo tesouro sócio-religioso-cultural que, na terra do pau-brasil ficaria para sempre guardado.

Os senhores de engenho, os barões do café, o sinhô, a sinhá, não poderiam imaginar que, ainda que sem querer, traziam uma riqueza que pedra preciosa, nem iguarias, nem terras... nada, nada jamais poderá superar. Os muitos povos africanos que nestas terras foram jogados trouxeram algumas das maiores contribuições que esta nação possui. São tantas as contribuições dos povos africanos para a construção e o engrandecimento deste país... Atenho-me a religiosidade, leia-se também cultura, trazida nos porões dos navios negreiros.

Impedidos de cultuar seus deuses, os orixás, voduns, inquices... divindades do panteão do velho continente, os africanos usaram de uma estratégia de sobrevivência: passaram a incluir em seus altares as imagens de santos católicos. Quando reverenciavam seu orixá, “batendo a cabeça” ao chão para louvar Ogum, Iansã ou Iemanjá, os senhores do engenho achavam estranho, porém tolerável, posto que sobre o

altar avistavam somente as imagens de São Jorge, Sta. Bárbara, Nossa Senhora...

Durante muito tempo, essas religiões tão cheias de detalhes foram assim escondidas. Embaixo de altares, no fundo das casas – o “terreiro”, que acabou denominando popularmente as casas onde se cultuam os deuses africanos – mas muito bem guardada no coração dos fiéis.

Em 1830, portanto 58 anos antes da Lei Áurea, foi fundado o Ilê Ia Nassô, mais popularmente conhecido como Casa Branca do Engenho Velho, na cidade de Salvador-BA. Dele vieram os terreiros do Gantois, da popular Mãe Menininha e o Ilê Opô Afonjá, dirigido até hoje por Mãe Stella de Oxóssi.

Hoje são milhões de Casas, Centros, Terreiros, Ilê Axés, Kwês, enfim... uma infinidade de templos onde são cultuadas as religiões de matrizes africanas, constituindo-se além de locais públicos de culto e fé, importante contribuição para a diversidade cultural desse nosso país.

Brasil, um país de Estado laico.

Desta forma, no Estado laico, à princípio, todas as crenças são respeitadas. Não há perseguição religiosa.

Em nossa Constituição Federal, de 1988, o artigo 5º diz: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida na forma da lei a proteção aos locais de culto e suas liturgias.”

Portanto, o Estado não pode criar obstáculos para o exercício de qualquer religião e deve tomar atitudes para garantir que a liberdade religiosa seja respeitada por todos.

Em Blumenau, a lei nº 7242/08, cujo projeto teve autoria da vereadora Maria Emília de Souza, posteriormente sancionada e promulgada pelo prefeito João Paulo Kleinubing, instituiu a Semana das Religiões de Matrizes Africanas no Município de Blumenau.

Notas sobre Literatura Catarinense

A poesia de Douglas Zunino

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, editor do Sarau Eletrônico (www.bc.furb.br/sarau eletronic) da Biblioteca da Furb <viegas@furb.com.br>

Douglas Maurício Zunino nasceu no município portuário de Itajaí, porém migrou para Blumenau aos cinco meses de idade, nos braços de uma senhora de 54 anos que viria a ser sua mãe adotiva. Filho de pais desconhecidos, Zunino só tomou consciência do fato quando foi matriculado na escola, momento em que se fez necessário seu registro civil. Assim, considera-se blumenauense, e ainda que Itajaí se anuncie em alguns dos seus poemas, como quando o poeta diz “Minha velha Itajaí / Quanto tempo custou a / reencontrarte! / Mais de 30 anos! / Como andei órfão de ti!” (“Ode a Itajaí e ao mundo”, In. “Reversos inversus”, 1993), são as ruas e os morros de Blumenau o cenário do homem que começa a se construir poeta depois de ler Maiakovski (1893-1930) e escrever, em 1982, a “Confissão de um poeta marginal” (publicado no livro “Tatuagens”, de 2004). Em “Peregrino do mesmo lugar” o poeta indaga, “O que seria de mim / sem essas montanhas? / Esse eterno subir / e descer? / Essas curvas?” (“Na curva do rio”, 2002), numa clara alusão à geogra-

breviver poeta, no diálogo com a vida urbana e numa visão crua e desesperançada da realidade, como no poema “Rostos”: “Somos rostos / cansados / Somos rostos / marcados / Somos rostos / magoados / Macerados / Somos rostos / curvados / Somos rostos / ocos / Somos rostos / duros / de desgosto” (“A motocicleta azul”, 2009).

O primeiro título de Douglas Zunino é “Hemisférios”, publicado em 1992 em co-autoria com Nassau de Souza. Depois vieram os livretos “Reversos inversus” (1993), “Inversus diversus” (1994), “Di versos uni versus” (1996), “Nada disso” (1996) e “Prónomes – Próemas” (1997). Se há um elemento que costura uma certa unidade a esses títulos, este está no caráter experimental da linguagem. Um experimentalismo tardio, é verdade, já que Zunino explora, na década de 1990, estéticas poéticas que tiveram seu auge no Brasil principalmente durante a ditadura militar brasileira. É uma mescla de poesia marginal, concreta e visual que encontra seu momento de maior radicalidade em “Di versos uni versus” (1993), onde a palavra é quase que

pintar / Uma linha reta / numa palavra torta / A palavra certa / Numa letra morta”. Mas é em “Essa palavra” (1999) que encontramos uma das sentenças mais conhecidas do poeta, verdadeira profissão de fé: “Só uma sentença na cabeça: os diferentes fazem a diferença”.

A partir de “Na curva do rio” (2002) o encontro com a palavra é definitivo, e percebemos um poeta até certo ponto nostálgico, construindo-se na memória, lançando mão de poemas mais longos, linguagem coloquial e versos muitas vezes telegráficos: “Ah, se esta rua / se esta rua / fosse minha / eu não mandava / eu não mandava / asfaltar!” (“Areias”, In. “Na curva do rio”). Também a reflexão sobre a pertinência do fazer poético e a percepção da poesia enquanto necessidade vital tomam força na obra de Zunino. Ainda em “Na curva do rio” podemos ler os versos de “A fábula do morro do aipim”, que dizem: “Ela apontou o dedo / e disse então: / ‘Essas são as palavras! / São irrequietas e muito / difíceis de pegar! / Teu outro destino / é correr atrás delas!’”; e em “Tatuagens” (2004) o poeta escreve: “um dia / tentei viver / de brisa / não deu / a brisa

Poema visual de Douglas Zunino, publicado no livreto “Di versos uni versus” (1996)



fia da cidade em que compôs sua biografia e a qual dedicou os versos “Minha cidadela / Minha utopia / Tuas ruas / estão em minhas veias” (“Cidadela”, 2006). E é justamente o ponto nevrálgico da malha urbana blumenauense, a Rua XV de Novembro, que o poeta reconhece como sendo seu abrigo e sobre a qual escreve: “Sinto a alma / dos teus nervos / Infinito repartido / Por isso, / me tens / em ti / Só pelo prazer / de te ver / Só pelo prazer / de ser / Teu” (“Rua XV”, In. “A motocicleta azul”, 2009).

Figura folclórica da cultura blumenauense, Zunino carrega consigo a identidade da poesia marginal, fato que estigmatiza e simplifica sua produção literária. Qualquer leitura de sua obra implica, inicialmente, no reconhecimento de duas fases: a primeira, esta sim carregada da estética marginal, em que o poeta se insere na cena intelectual, produz fanzines, contribui com a fundação da Associação dos Poetas Independentes de Blumenau, publica os primeiros livretos – vendidos de mão em mão pelo próprio autor – e se completa com a publicação de “Essa palavra” (1999), uma espécie de antologia da sua obra em livretos; e a segunda, com a publicação dos livros propriamente ditos e com uma estética mais formal e lírica, cuja temática está centrada na memória, no inventário da sua opção de so-

totalmente suprimida, e em seu lugar encontramos ilustrações de olhos e sinais de pontuação. A respeito desse livreto, declarou-nos o poeta em entrevista de 2008: “Resolvi radicalizar (...) e fazer um livro totalmente visual, para experimentar como é que seria. Eu era experimental mesmo, até o fim! E saí vendendo esse livro! Foi quando quase apanhei, de novo! Porque vender um livro sem palavras foi ‘pra acabar’. (...) Mas eu queria ir até certo limite. E essa experiência foi legal porque aprendi uma coisa: que a poesia de vanguarda, experimental, não leva muito em conta a sociedade e a palavra. Porque a sociedade se organiza em torno da palavra. Então, quando fiz um livro sem palavras, entrei em conflito com o social e tirei uma reflexão de tudo isso: a de que a palavra é importante. A comunicação só é possível através da palavra. E a sociedade é importante para mim, para o artista. Foi dentro dessa experiência que fui voltando para a poesia marginal, no sentido de transmitir, de comunicar mesmo.”

É neste retorno à palavra, e da necessidade de dialogar com a sociedade, que Douglas Zunino escreve, em “Nada disso” (1996) poemas breves, porém de grande intensidade, tais como “Reinventar o mundo / e a humanidade / Reinventar o tempo, / e quem sabe / a eternidade?”, e o metaliterário “Escrever é

passava / e eu não comia // depois / de águas paradas / tentei sobreviver / de poesia // a brisa / como a vida / passa batida / a gente nem sente // a poesia já nasce / sobrevivida / sobre a vida / sobrevivente” (poema “Uma mesa posta Uma resposta”).

Em “A motocicleta azul” (2009), o mais recente título do autor, os versos tornam-se ainda mais telegráficos, e o mergulho do poeta em sua memória dá a sua literatura um caráter ainda mais universal, como é o caso do poema “Do outro lado da ponte”, com cujo trecho final, de excepcional beleza, queremos concluir este breve ensaio: “Mas um dia / eu tive / que atravessar / a ponte / A inominável / ponte, / para ir à escola / E deixei o quintal / onde brincava / de Tarzan / Naquele pequeno / quadrado de mato / que descia / até o rio / Não era mais / o rei das selvas / Eu me sentia / ridículo / com aquela / lancheira / pendurada / em volta / do pescoço / Minha mãe / queria atravessar / a rua / de mão dada / comigo / Não deixei / Atravessei / sozinho / Do outro lado / acenei-lhe / Que estava / tudo bem / Que eu iria / me comportar / Promessa / não cumprida / Mal sabia ela / que eu iria / sofrer muito / Um pobretão / num colégio / de riquinhos / E iria brigar / muito...”

■ Mídia

O espetáculo da violência na hora das refeições

POR CARLOS SILVA, professor de Comunicação Social <carlosnago@yahoo.com.br>

É meio-dia, hora do almoço. Momento de encontro com a família em volta de uma mesa na sala ou na cozinha ou com os amigos num restaurante, lanchonete, seja lá onde for, para compartilhar uma das principais refeições diárias. O apreciador de um prato costuma sentir o aroma, o sabor, a tesura do alimento e para isso tende a se concentrar na degustação daquilo que se está mastigando e ingerindo. Só que isso está sendo relegado a segundo plano. A atenção, por conta da televisão, está tomando outro rumo.

A violência urbana tornou-se um dos pratos principais na hora das refeições e a mídia sensacionalista, principalmente a televisão, traz um cardápio variado, com cenas caprichadas, satisfazendo olhos sagazes de telespectadores adeptos do atroz. Aquele que quer saber quantos morreram nas estradas, nas ruas e quais foram as vítimas de assaltos, dos homicídios, enfim, o espetáculo da tragédia apimentada nas favelas e periferias. A pergunta é: isso tudo tem que ser na hora do almoço?

Mas enfim, a programação televisiva é montada ao gosto do público e se a audiência é favorável no horário da refeição, quando se faz a pausa para alimentação e descanso, então dá-lhe violência. Assim é possível entender o motivo de muitos trabalhadores estressados replicando atos violentos no trânsito, por exemplo, naqueles momentos de fúria.

Você que está lendo este texto até pode achar que a televisão e seus momentos de retrato da violência urbana não influenciam o telespectador, mas isso é algo bem discutível. As pessoas tendem a se levar por aquilo que é apresentado e dito na televisão, bem como tomam para si a opinião dos apresentadores e comentaristas. O jornalismo sensacionalista entra num processo, digamos assim, questionável.

O sensacionalismo, as imagens de cadáveres e sangue, os textos preconceituosos, a mitificação de bandidos, precisam ser repensados. O jornalismo, que deveria manter a qualidade, entra numa bifurcação que se distancia da objetividade e mais uma vez volta a pintar os marginalizados como marginais de fato. Apresentadores tornam-se donos de verdades absolutas e chegam (é duro de ouvir) a sentenciar pena de morte. São vozes se colocando acima do bem e do mal.

A mídia, de certo modo, iguala a todos no sentimento de revolta. As pessoas experimentam uma prisão social e ficamos na dúvida de quem exatamente está preso. Ora pode ser o bandido atrás das grades de penitenciárias ou presídios, ora pode ser quem está dentro de casa fechado a sete chaves com medo e revoltado assistindo o mundo cão pela TV.

É inegável a violência diária nas ruas, nas residências, nos morros e nas favelas, nos condomínios luxuosos, por todos os lados. Mas é intrigante como as pessoas combinam almoço com tragédia e violência como se fosse natural e lúdico. Alimentam uma revolta no momento em que estão literalmente mastigando algo que o estômago irá digerir. É uma mistura explosiva.

CULPA

Dá para culpar os veículos de comunicação por tudo isso? Claro que dá. Os programas sensacionalistas trazem em seu cardápio uma total falta de qualidade textual dos formadores de opinião, que simplesmente repetem o lugar-comum das conversas cotidianas, ou

seja, não tem profundidade alguma. Impera o preconceito contra os pobres (bandidos, assassinos, que merecem estar na cadeia) e dobra-se a língua – escolha das palavras – para falar de quem desvia dinheiro público, comete crimes,

O jornalismo volta a pintar os marginalizados como marginais de fato. Apresentadores tornam-se donos de verdades absolutas e chegam a sentenciar pena de morte

mas tem dinheiro para se safar e processar quem faz acusações “infundadas”.

O *mea culpa* da imprensa pela cobertura estigmatizante nas favelas e nas periferias é um dos poucos consensos encontrados na pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC). A maioria dos profissionais ouvidos, entre os anos de 2000 e 2007, Brasil a fora, reconhece que os seus veículos têm grande responsabilidade na caracterização dos territórios populares como espaços exclusivos da violência.

Ao mesmo tempo, admite que a população dessas comunidades ra-

ramente conta com a cobertura de assuntos não relacionados ao tráfico de drogas e à criminalidade. A cultura, o esporte, a economia e as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos moradores desses locais aparecem muito pouco em jornais e revistas. Já na televisão é feito um sensacionalismo carregado de discursos e opiniões definitivas dos apresentadores ou de seus comentaristas.

Os repórteres, segundo pesquisa do CESEC, admitem as deficiências da cobertura e afirmam que é necessário estabelecer novos canais de diálogos com as comunidades pobres. Afinal de contas, os marginalizados são retratados como marginais. E quando algum repórter se aventura a dar voz aos “sem-voz”, os veículos de comunicação tradicionais tendem a não esticar muito o assunto, a pauta não rende, não merece ser retomada. Se o jornalista quiser, que vá buscar meios alternativos para fazer isso.

E assim os personagens do espetáculo da violência vão tomando conta dos programas jornalísticos do meio-dia, bem na hora do almoço, com o sentimento de prazer de ambos os lados. De quem apresenta as cenas de brutalidade nas ruas e de quem se delicia, enquanto mastiga, assistindo corpos que morrem e matam, espancam e sofrem. A mídia com o espetáculo do horror. Será que não podia ser em outro horário? Não. Tem que ser ao meio-dia. Bom apetite.

